

Brasil

Energia Valores somaram R\$ 87 bilhões em 2018 e devem continuar subindo se nada for feito, alerta setor

Tributos e encargos pesam mais e já são 50% da conta de luz

Rodrigo Polito
Do Rio

Em meio ao esforço de desoneração tarifária em curso pela a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e às discussões sobre a reforma tributária no Congresso, um estudo recém-lançado pelo Instituto Acende Brasil e pela PwC traz dados alarmantes sobre o peso de tributos e encargos nas contas de luz: 49,8% da receita bruta operacional das empresas de energia do país em 2018 foi destinada a pagar impostos e contas de fundos setoriais, somando R\$ 86,7 bilhões.

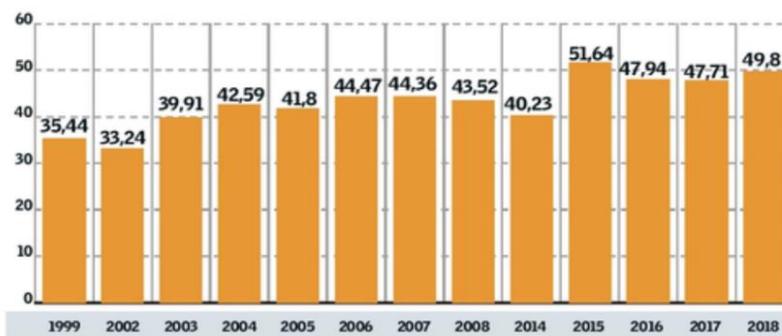
O resultado indica um aumento em relação aos dois anos anteriores (47,71%, em 2017, e 47,94%, em 2018) e sugere que os tributos e encargos passarão a responder por mais da metade da tarifa de energia nos próximos anos. Na semana passada, por exemplo, a Aneel aprovou um aumento de 8% do orçamento da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) — o “superencargo” do setor elétrico, para 2020, somando R\$ 21,9 bilhões.

“Se não mudar nada, a tendência é piorar”, diz o presidente do Acende Brasil, Claudio Sales. “Estamos seguindo numa situação que não é a mais desejada. Se nada for feito, a régua vai subir mais”, completa Roberto Corrêa, sócio da PwC e um dos responsáveis pelo estudo.

O levantamento analisou de-

Conta pesada

Participação de encargos e tributos na tarifa segue em alta - em %



Fonte: Acende Brasil e PwC * O estudo não foi realizado entre os anos-calendário 2000 a 2001 e 2009 a 2013.

monstrações financeiras de 34 empresas de geração, transmissão e distribuição de energia, que representam 70% do mercado. O material contemplou ainda sete tributos federais, estaduais e municipais e dez encargos setoriais. Pelo lado dos impostos, o destaque é o ICMS, que responde por 21,17% da conta de luz. Sobre os encargos, a CDE representa 10,89% da tarifa.

A CDE, aliás, foi a principal responsável pelo crescimento da participação de tributos e encargos na conta de luz em 2018. Em valor absoluto, a conta passou de R\$ 15,6 bilhões, em 2017, para R\$ 18,9 bilhões no ano seguinte. O “super fundo” engloba uma série de políticas públicas relacionadas ao setor elétrico, entre elas o custeio de óleo combustível para geração ter-

melétrica em regiões isoladas, subsídios nas tarifas de uso de redes de transmissão e distribuição para projetos de energias renováveis e tarifa social de baixa renda.

Sales destaca o esforço feito pela Aneel para assegurar transparência e mostrar o peso dos encargos nas tarifas. O principal pleito da indústria agora é que as políticas públicas não sejam custeadas por encargos setoriais, mas pelo Tesouro. Segundo o presidente do Acende Brasil, os encargos são “perversos” e, em muitos casos, “indutores de ineficiência”.

Pelo lado dos impostos, a estratégia é aproveitar a reforma tributária para desonerar o setor. “É importante que nossos legisladores e o governo não percam de vista este descabro que aconte-



Claudio Sales, que é presidente do Instituto Acende Brasil: "Se não mudar nada, a tendência é piorar"

ce do ponto de vista da taxação da conta de luz, para que usem esta oportunidade para corrigir essa distorção", completou Sales.

Ainda segundo o levantamento, o peso dos encargos e tributos na conta de luz em 2018 é o segundo maior da série histórica, iniciada em 1999. Em 2015, o indicador ficou em 51,64% motivado pelo aumento desproporcional na CDE. Na ocasião, por uma mudança na

lei, estava previsto que parte dos encargos seria coberta pelo Tesouro. Como a União não colocou os recursos, o déficit foi repassado para as tarifas do ano seguinte.

De acordo com Sandoval Feitosa, diretor da Aneel, os esforços para reduzir as tarifas devem focar nos custos de geração, tributos e encargos, que, juntos, respondem por cerca de 80% da tarifa média. Na área de geração, o foco da agência agora é a ante-

cipação do vencimento de contrato de térmicas a óleo diesel e combustível, mais caras e poluentes. Nos tributos, ele considera a questão do ICMS um "enorme desafio", já que trata-se de imposto fixado pelo governo estadual e que, em muitos casos, é a principal fonte de arrecadação do Estado. Com relação aos encargos, ele lembra que muitos subsídios não possuem regras definidas para seu encerramento.